

VERISSIMO

Fronteiras reais

As fronteiras reais desrespeitam fronteiras cartográficas e geopolíticas e serpenteiam pelo mundo, dividindo povos e classes. Para cruzar uma fronteira real, não é preciso passaporte ou qualquer outra formalidade. Com um passo, você atravessa uma fronteira econômica, às vezes sem nem se dar conta. Num país como o Brasil, para usar um triste exemplo, pode-se sair de um mundo e entrar em outro ao dobrar uma es-

quina. Botswana aqui, Miami logo ali. Essa crise dos refugiados do Terceiro e Quarto Mundo que invadem a Europa e desafiam os bons sentimentos e a hipocrisia de todos é uma estranha questão de fronteira, em que a diplomacia não tem o que fazer. A diplomacia trata do convívio civilizado entre nações, o que inclui respeito às fronteiras. Na fronteira real entre miseráveis desesperados, que arriscam a vida para melhorar de vida, e os países ricos, as regras e convenções da diplomacia são irrelevantes como qualquer outra forma de afeição social. A fronteira real entre desiguais no Mediterrâneo é a mesma que vemos da nossa janela. A desigualdade como fator principal da perpetuação da miséria não é um foco recente da análise econômica, mas ganhou força

com a súbita notoriedade do economista francês Thomas Piketty, um especialista no assunto que demoliu a tese dos neoliberais de que basta soltar as rédeas do mercado para tudo dar certo, ou pelo menos o que eles chamam de certo. Os refugiados que nasceram do lado errado da fronteira real têm o recurso da fuga para a Europa, mesmo dependendo de atravessadores escrupulosos, boas condições atmosféricas e o bom coração dos

européus. Quem nasce no lado errado da fronteira real que divide desiguais no Brasil só pode esperar que a política convencional seja a saída — um dia. Até ser destruído, pela reação e por ele mesmo, o PT parecia ser um caminho. Não era. Poucos conseguem cruzar a fronteira real brasileira. Quando o fazem, é por distração.

No resto do mundo, as fronteiras reais são mais ou menos nítidas. Até nos Estados Unidos, modelo dos frutos do capitalismo sem rédeas, há desigualdade crescente e bolsões de miséria. A maioria dos refugiados que conseguem chegar à Europa terá sobrevivido, mas não necessariamente cruzado a fronteira real no país que a receber. Enfim, é desanimador. E ainda por cima, o Internacional em má fase... ●

Num país como o Brasil, para usar um triste exemplo, pode-se sair de um mundo e entrar em outro ao dobrar uma esquina. Botswana aqui, Miami logo ali

DEMÉTRIO MAGNOLI

Os pactos deles – e o nosso

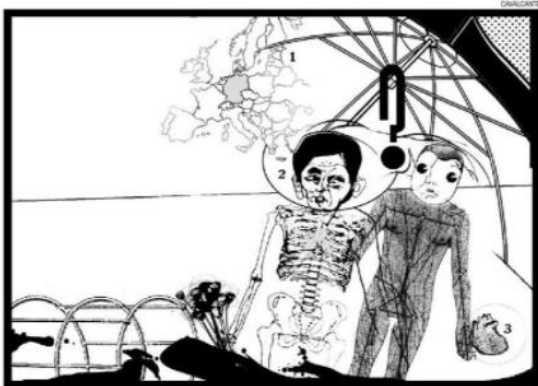
Primeiro, foi Michel Temer, com seu "alguém precisa unificar este país". Depois, o empresário Abílio Diniz sugeriu preencher o sujeito oculto com três nomes, os de FH, Lula e o próprio Temer, que seriam "trancados numa sala para encontrar a solução". Na sequência, o sociólogo André Singer, porta-voz de Lula no primeiro mandato, propôs uma correção no esquema de Diniz, opinando que o chamado à reunião salvadora deve partir de Dilma Rousseff — e que a presidente precisa estar na sala lacrada. Finalmente, segundo informa a jornalista Dora Kramer, o ministro da Comunicação Social, Edinho Silva, um conselheiro do círculo direto de Dilma, peregrinou até o Instituto Fernando Henrique Cardoso para solicitar, sem sucesso, uma audiência não agendada com o ex-presidente. Pára no ar a palavra "pacto".

A Alemanha tem algo a ensinar, quando se trata de pacto. Perante o Bundestag (Parlamento), em março de 2003, o chanceler social-democrata Gerhard Schröder expôs sua Agenda 2010, um plano de reformas nas relações de trabalho e no sistema previdenciário. O país concluiu o penoso processo de incorporação da antiga Alemanha Oriental, liderava a União Europeia no lançamento do euro e enfrentava as novas condições de concorrência global geradas pela ascensão chinesa. As reformas destinavam-se a alavancar a produtividade, que estagnava, de modo a reafirmar a capacidade exportadora da indústria alemã.

Schröder obteve apoio da Democracia-Cristã, o principal partido opositorista, do empresariado e de líderes civís e religiosos. Enfrentou batalhas com os sindicatos mas, em 2004, conseguiu o suporte decisivo dos dirigentes da maior central sindical. O pacto alemão implicou cortes significativos nos salários reais e no *arbeitslohn*. Em compensação, propiciou a retomada do crescimento e, mais adiante, conferiu à Alemanha a musculatura indispensável para resistir à crise geral da zona do euro.

Bem antes, a Espanha fizera uma experiência de sucesso no terreno perigoso do pacto nacional. O Pacto de Moncloa, de agosto de 1977, funcionou como ponte pela qual o país transitou do franquismo à democracia e, no fim do arco-íris, ingressou na Comunidade Europeia. Menos de dois anos após a morte do ditador Francisco Franco, a Espanha ingressava no quinto ano de uma recessão marcada por fortes desequilíbrios nas contas externas, inflação crescente e altas taxas de desemprego. Por iniciativa do presidente de governo de centro-direita Adolfo Suárez, uma comissão pluripartidária redigiu os textos dos acordos, que foram aprovados no Parlamento.

Nos acordos econômicos, definiu-se uma política de austeridade fiscal e de contenção salarial. Nos políticos, garantiu-se o direito de associação, a reforma do Código Penal e a reorganização da polícia. O Palácio de Moncloa, sede do governo, serviu de palco para a conclusão do pacto, assinado pelos líderes de todos os gran-



Lulopetismo impede a formulação de consensos básicos como os que sustentaram a Agenda 2010, na Alemanha, e o Pacto de Moncloa, na Espanha

des partidos: o social-democrata Felipe González, o eurocomunista Santiago Carrillo, e o ex-franquista Manuel Fraga, do Partido Popular, que apenas não subscreveu o capítulo de reforma política. O Brasil carece da condição prévia que permitiu os pactos alemão e espanhol: a crença compartilhada na legitimidade dos partidos políticos. Os dois grandes partidos alemães aprenderam a lição da parceria no jogo democrático durante a Guerra Fria, quando conviveram na trincheira de resistência à URSS e à Alemanha Oriental. Na Espanha, apesar da memória indelével da Guerra Civil, os principais partidos tinham um objetivo comum, que era a democratização e o acesso à Comunidade Europeia. Por aqui, em contraste, o PT não enxerga os outros grandes partidos como rivais políticos e competidores eleitorais, mas como "inimigos do povo".

A linguagem lulopetista liga-se à tradição da esquerda nacionalista latino-americana, que usa o conceito de imperialismo para exibir os demais partidos como representações internas de um "inimigo externo". Do ponto de vista do PT, o PSDB está devotado a vender o "patrimônio nacional" às empresas estrangeiras. Os clássicos discursos petistas sobre a Petrobras e, meses depois, as acusações eleitorais de Dilma contra Aécio Neves e Marina Silva evidenciam a impossibilidade de um pacto legítimo.

Um pacto distingue-se de um conchavo porque se articula em torno de uma nitida, detalhada plataforma política e econômica. No Brasil, o lulopetismo impede a formulação de consensos básicos como os que sustentaram a Agenda 2010 e o Pacto de Moncloa. Nosso pacto nacional teria que associar a consolidação fiscal a reformas estruturais destinadas a incrementar a produtividade. O pensamento econômico do PT, porém, continua hipnotizado pela combinação fracassada de estatismo e expansão fiscal do primeiro mandato de Dilma — e qualifica qualquer alternativa como uma maldita consagração "neoliberal". Além disso, um pacto só teria sentido se atendesse à exigência cidadã de libertar a administração pública da colonização político-partidária, algo impensável tanto para o PT quanto para um relevante setor do PMDB. As vozes petistas que, de repente, descobriram as virtudes do "pacto" buscam apenas uma saída tática para o desastre histórico do lulopetismo. O Brasil precisa, realmente, de um pacto nacional, cujos contornos esboçam-se em meio à crise atual. Mas, infelizmente, ao contrário dos precedentes alemão e espanhol, ele não será conduzido pelo governo e excluirá a participação de um dos grandes partidos, que é o PT. Nosso pacto é para o pós-Dilma, seja isso daqui a poucos meses ou apenas em 2018.

Há pouco, FH escreveu sobre a necessidade da formação de "um novo bloco de poder que tenha força suficiente para reconstruir o Estado brasileiro". Nessa fórmula, encontra-se o reconhecimento de que a chave do futuro não é propriedade do PSDB e nem mesmo de uma coalizão partidária. Pacto, dito de outro modo. ●

Demétrio Magnoli é sociólogo

Alívio para uma crise de curto prazo

ALEXANDRE MEIRELLES

Criado pelo governo com o objetivo de evitar mais demissões no quadro atual da economia brasileira, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) não será eficiente para qualquer empresa atuante no país. A característica da proposta é específica, pois ela só funcionará nas empresas convicidas sobre a duração, a gravidade e, principalmente, o impacto da crise em seus respectivos mercados.

É de fundamental importância para a saúde financeira de qualquer negócio a compreensão completa do funcionamento e das consequências do programa por parte dos executivos e gestores responsáveis. Para aderir ao PPE, a empresa, independentemente de seu porte (médio ou grande), deve acreditar que a crise econômica vivida pelo país terá pequena duração, o que não levará à necessidade de ajustes adicionais enquanto durar o compromisso.

Isso porque estas mesmas empresas ficarão proibidas de dispensar arbitrariamente ou sem justa causa qualquer empregado que tiver sua jornada de trabalho temporariamente reduzida enquanto vigorar sua adesão. Ou seja, se o panorama financeiro piorar e houver nova necessidade de redução de custos, a empresa não poderá demitir qualquer funcionário. Além disso, também após o seu término de participação no PPE, durante o prazo equivalente a um terço do período de adesão. Por exemplo, a empresa que aderir ao plano durante 12 meses não poderá dispensar o empregado por 16 meses.

Empresas que aderirem ao PPE ficarão proibidas de dispensar arbitrariamente ou sem justa causa qualquer empregado que tiver sua jornada temporariamente reduzida

Logo, a conclusão que muitas empresas não estão vendo: se a percepção por parte de seus executivos for de uma crise duradoura, esta empresa não deve aderir ao PPE, pois ficará amarrada, perderá flexibilidade e capacidade de se ajustar diante das dificuldades. Seus empregados auferirão estabilidade e, inclusive, caso a crise venha a se agravar, não estarão postergando os custos, mas sim, potencializando os problemas. Neste cenário, a empresa será forçada a manter os trabalhadores, sem possibilidade de redução do quadro e, ao final do benefício, ainda correrá riscos de gerar mais custos ao dispensá-los.

Portanto, só devem aderir ao PPE as empresas que tiverem a convicção plena de que a crise é passageira e de curta duração, compatível com o tempo de adesão ao programa. ●

Alexandre Meirelles é advogado trabalhista

Sem chance de avançar

WANDERLEY DE SOUZA

A experiência internacional tem mostrado que é em períodos de crise econômica que se deve ampliar os investimentos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, já que é hoje impossível avançar economicamente sem que o setor tecnológico introduza no mercado novos processos e produtos geradores de emprego e renda. O caminho é lento, porém seguro, requerendo a formação de recursos humanos qualificados, absorção de pesquisadores e técnicos pelas instituições públicas e privadas, e existência de uma excelente infraestrutura técnico-científica.

No momento, predomina no país a implementação de cortes de despesa a qualquer custo. Um exemplo é o que se passa no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), instituição com prestígio na sociedade e que vem procurando estabelecer vínculos entre a produção acadêmica e o setor industrial. Por seu trabalho, o Inmetro arrecada recursos crescentes, mas que não têm retornado à instituição em valores adequados.

Em 2011, o instituto arrecadou R\$ 500 milhões e recebeu R\$ 436 milhões (retorno de 75%). Em 2014, a arrecadação foi ampliada para R\$ 784 milhões, tendo recebido cerca de R\$ 680 milhões. A previsão inicial de arrecadação para 2015 é de R\$ 840 milhões, o que equivale a uma média mensal de R\$ 70 milhões. O retorno é hoje de R\$ 38 milhões, o que inviabiliza a atuação adequada da instituição. Como consequência,

Inmetro já dispensou centenas de pesquisadores e técnicos altamente qualificados, mantidos por bolsas de pesquisa

vem predominando o anúncio de cortes significativos em praticamente todas as atividades da instituição, com a demissão de centenas de profissionais trabalhando em órgãos estaduais que atuam

em nome do inmetro e que são responsáveis por parte significativa do que é arrecadado, o que levará a uma previsível redução na receita. Mais grave ainda, a instituição já dispensou algumas centenas de pesquisadores e técnicos altamente qualificados, mantidos por bolsas de pesquisa, e que estavam envolvidos no desenvolvimento de projetos de pesquisa, e que agora, dificilmente poderão ser concluídos.

Os poucos bolsistas que permanecem não se sentem seguros na instituição e estão buscando outras opções de trabalho, o que poderá agravar ainda mais uma situação que já é crítica. A persistir este quadro, assistiremos à destruição de um importante trabalho conduzido pela instituição nos últimos dez anos. É importante que a sociedade tome conhecimento destes fatos graves e que afetam seriamente a nossa capacidade de sairmos de um estágio de exportador de commodities e de importador de produtos com elevado valor agregado. Mais uma vez, o país avança, porém, na contramão da História. ●

Wanderley de Souza é professor da UFRJ

Alívio para uma crise de curto prazo

ALEXANDRE MEIRELLES

Criado pelo governo com o objetivo de evitar mais demissões no quadro atual da economia brasileira, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) não será eficiente para qualquer empresa atuante no país. A característica da proposta é específica, pois ela só funcionará nas empresas convictas sobre a duração, a gravidade e, principalmente, o impacto da crise em seus respectivos mercados.

É de fundamental importância para a saúde financeira de qualquer negócio a compreensão completa do funcionamento e das consequências do programa por parte dos executivos e gestores responsáveis. Para aderir ao PPE, a empresa, independentemente de seu porte (médio ou grande), deve acreditar que a crise econômica vivida pelo país terá pequena duração, o que não levará à necessidade de ajustes adicionais enquanto durar o compromisso.

Isso porque estas mesmas empresas ficarão proibidas de dispensar arbitrariamente ou sem justa causa qualquer empregado que tiver sua jornada de trabalho temporariamente reduzida enquanto vigorar sua adesão. Ou seja, se o panorama financeiro piorar e houver nova necessidade de redução de custos, a empresa não poderá demitir qualquer funcionário. Além disso, também após o seu término de participação no PPE, durante o prazo equivalente a um terço do período de adesão. Por exemplo, a empresa que aderir ao plano durante 12 meses não poderá dispensar o empregado por 16 meses.

Empresas que aderirem ao PPE ficarão proibidas de dispensar arbitrariamente ou sem justa causa qualquer empregado que tiver sua jornada temporariamente reduzida

Logo, a conclusão que muitas empresas não estão vendo: se a percepção por parte de seus executivos for de uma crise duradoura, esta empresa não deve aderir ao PPE, pois ficará amordaçada, perderá flexibilidade e capacidade de se ajustar diante das dificuldades. Seus empregados auferirão estabilidade e, inclusive, caso a crise venha a se agravar, não estarão postergando os custos, mas sim, potencializando os problemas. Neste cenário, a empresa será forçada a manter os trabalhadores, sem possibilidade de redução do quadro e, ao final do benefício, ainda correrá riscos de gerar mais custos ao dispensá-los.

Portanto, só devem aderir ao PPE as empresas que tiverem a convicção plena de que a crise é passageira e de curta duração, compatível com o tempo de adesão ao programa. ●

Alexandre Meirelles é advogado trabalhista